

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

### **PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2015**

Propõe que a Comissão de Educação realize ato de fiscalização e controle no Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, a fim de acompanhar a reestruturação e expansão das universidades federais no País.

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 100, § 1º, combinado com os artigos 60, incisos I a III, e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o digno Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, a fim de acompanhar a reestruturação e expansão das universidades federais no País.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A expansão da oferta de vagas de formação universitária pública no País faz-se fundamental para o desenvolvimento social no País. São essas instituições que têm a missão de contribuir com o ensino, pesquisa e extensão do País.

Essa expansão conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Para que a expansão de vagas aconteça faz-se necessário a ampliação física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior e essa proposta de fiscalização e controle visa acompanhar esse programa com base no Relatório apontado pela Controladora Geral da União (CGU) e resultados apontados pelo Ministério da

Educação que necessitam ser conhecidos e avaliados por esta ação de fiscalização.

Conforme veiculado na mídia nacional pelo Programa Bom dia Brasil:

***“Edição do dia 27/04/2015***

*27/04/2015 10h21 - Atualizado em 27/04/2015 10h21*

***Governo gastou bilhões em obras de universidades que não estão prontas***

*Levantamento da CGU mostrou que Governo Federal gastou bilhões em obras para ampliar universidades, mas muitas obras ainda estão paradas.*

*Um levantamento da Controladoria-Geral da União mostrou que o Governo Federal gastou bilhões de reais em obras que deveriam ampliar as universidades, mas sequer ficaram prontas. O programa terminou há mais de dois anos e muitas obras ainda estão paradas.*

*O MEC diz que o programa deu certo e que muitas universidades foram ampliadas, permitindo um aumento significativo na oferta de cursos e vagas. Para a CGU, a realidade é outra: de 72 obras fiscalizadas, um terço não cumpriu o cronograma de obras.*

*Obras paradas e alunos em expectativa. Na Universidade Federal de Sergipe, a construção de dois prédios para o hospital universitário foi interrompida com pouco mais de 10% da obra executada por problemas com a empresa construtora.*

*Na Federal do Rio Grande do Sul também há obras suspensas: a do prédio de Engenharia parou por falta de autorização ambiental; o da Faculdade de Medicina tem que ser entregue até o final deste mês, mas ainda não foi.*

*As obras do Hospital de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Bahia estão atrasadas por causa de problemas com uma empresa fornecedora.*

*Na Universidade Federal do Pará, a construção do prédio para os cursos de Farmácia e Odontologia está parada. A empresa que venceu a licitação decretou falência.*

*Todas essas obras receberam recursos do Reuni, o programa do governo criado para reestruturar e expandir as universidades federais. Segundo o Ministério da Educação, mais de R\$ 6 bilhões foram investidos entre 2008 e 2012.*

*Mas uma avaliação feita pela Controladoria-Geral da União aponta falhas na execução do programa. Em uma amostra de 72 obras fiscalizadas, 37% não cumpriram nem o cronograma físico nem o financeiro. A Controladoria advertiu que esses atrasos podem acarretar prejuízos. Também apontou fragilidade na adoção de medidas para garantir a qualidade das obras, já que muitas foram concluídas, mas não puderam ser recebidas definitivamente e liberadas para uso por conta de alguma falha no processo.*

*De acordo com a Controladoria da União, 80% de todas as obras previstas no programa foram concluídas até o ano passado. O relatório da CGU destaca que as obras que ainda estão sendo feitas são exatamente as mais caras, concentram 40% do total de recursos destinados ao Reuni.*

*E em alguns casos, o dinheiro repassado não foi o suficiente para fazer tudo o que estava previsto. Na UFF, a Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Região Metropolitana do Rio, encontramos prédios parados que não são citados no relatório, mas foram erguidos com dinheiro do Reuni.*

*A equipe gravou com celular em dois campus da universidade. Um prédio da biomedicina está aparentemente pronto, mas vazio. Imagens foram gravadas no prédio da Biologia, onde funcionam os laboratórios.*

*“É dito que a gente faz uma pesquisa de excelência mas eu não sei como essa pesquisa consegue ser de excelência com a falta de estrutura que a gente tem aqui. O prédio onde a gente tem aula está em condições precárias, o ar-condicionado com aviso na porta da direção que se ligar tem risco de incêndio, tetos desabando, infiltrações por todas as paredes e todos os tetos”, afirma o aluno Pedro Henrique Leal.*

*Um novo prédio da Faculdade de Biologia está sendo construído em outro campus. Os alunos dizem que a reitoria tinha prometido que ele seria entregue em 2011, mas a obra continua inacabada.*

*A UFF diz que há sete construções paradas por falta de pagamento às empreiteiras. “Nunca houve uma decisão explícita, um discurso por parte do governo em termos de paralisação. Simplesmente o dinheiro deixou de cair na conta. As obras que não estão concluídas são, neste momento, desperdício. Elas só serão investimento quando os recursos começarem a render frutos, seja na forma de ensino seja na forma de pesquisa”, afirma o superintendente de Comunicação da UFF, Afonso Albuquerque.*

*O Ministério da Educação diz que não houve cortes nos recursos previstos para a universidade do Rio e avalia que o programa foi bem sucedido. Diz que as ampliações feitas com recursos do Reuni permitiram praticamente dobrar a oferta de cursos e de vagas nas universidades federais.*

*Segundo o secretário-executivo do ministério, só 4% das obras estão paradas. “Nós temos total atenção com essas obras, dialogamos com as reitorias, com as equipes de engenharia para conclui-las. São problemas que levam um tempo mesmo, pela própria legislação, as questões jurídicas. Nenhum reitor, nenhum gestor pode aportar mais recursos do que a lei permite, então qualquer realinhamento de preços tem que ser analisados pelo jurídico, temos questões ambientais, mas evidentemente são coisas que analisamos ponto a ponto junto com as reitorias”, afirma Luiz Cláudio Costa.*

*O economista José Matias Pereira diz que o para ser considerado bem sucedido o programa tem que passar por uma ampla avaliação. “Nós temos ainda não só a questão de obras paradas, mas obras que estão em andamento e são de valores significativos. Nós estamos falando de um programa que terminou em 2012. Então entendo que já é hora de este programa sofrer este processo de avaliação e vir a público pra que tenha uma transparência maior. Não basta dizer só que o programa foi bem sucedido, é preciso mostrar isso”, ressalta.*

*O relatório da CGU foi feito no ano passado.*

*O Ministério da Educação reafirmou que não fez nenhum corte no orçamento do programa e que no caso da Universidade Federal Fluminense, o contrato inicial previa um repasse de R\$ 287 milhões, mas a universidade apresentou a necessidade de mais recursos e no fim do contrato foram repassados R\$ 417 milhões para as obras.”*

Frente à questão conhecida e enfocada pela CGU nesta reportagem, precisamos utilizar das prerrogativas de fiscalização e controle da execução e resultados da reestruturação de expansão das universidades federais no País frente a ameaça de contingenciamento orçamentário e obras inacabadas.

Esse contexto de obras inacabadas pode prejudicar a perspectiva de expansão universitária no País, conforme propõe o Plano Nacional de Educação (PNE) para o próximo decênio:

*“Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.”*

Portanto, essa proposta de fiscalização e controle faz-se necessária para que a Comissão de Educação acompanhe o avanço do programa de reestruturação das universidades federais frente à necessidade de expansão de vagas na educação superior pública no País.

Brasília, de maio de 2015.

**Deputado Max Filho**  
**PSDB ES**